

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

982909

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, VISANDO O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO/RJ.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.081.716,16 (NOVE MILHÕES, OITENTA E UM MIL, SETECENTOS E DEZESEIS REAIS E DEZESEIS CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 26/02/2026 ÀS 10:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR VALOR GLOBAL

MODO DE DISPUTA

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

LICITAÇÃO N.º 90005/2026

PROCESSO N.º 07/306/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESTIMATIVA DE VALOR: R\$ 9.081.716,16 (nove milhões, oitenta e um mil, setecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos).

ORIGEM DOS RECURSOS: 1500.1001 | 1540 | 1573

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 207.01.12.361.047.2.025

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2026 ÀS 10:00
--

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, VISANDO O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO/RJ.

O edital, com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no Portal de Transparência da Prefeitura de Belford Roxo <https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/>, além de estar à disposição dos interessados à **Avenida José Mariano Passos, nº 948 – Prata – Belford Roxo/RJ**, no horário de 09:00 às 17:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do e-mail: licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br.

ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A) DA CONTRATAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

EDNA QUARESMA
Mat. 11/20419

Secretaria de Licitações e Compras



O **MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO**, mediante a Pregoeira **EDNA QUARESMA**, Mat. **11/20419** e equipe de apoio **MARIA EURIDES DE FARIAS**, Mat. **11/20089**, **ROSANGELA SINFRÔNIO PEREIRA**, Mat. **10/20202**, **MAURÍCIO DA SILVA CAMPOS**, Mat. **60/100158** e **CRISTIANE BESSA DA ROCHA**, Mat. **60/100171** designados pela Portaria nº 3.080/GP/2025 de 20 de setembro de 2025 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **90005/2026** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL**, em conformidade com as disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, assim como do Decreto Municipal 5.937/2023, bem como das condições a seguir estabelecidas.

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, no âmbito do Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pela Administração Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2. A sessão do presente pregão eletrônico será iniciada no dia **26/02/2026** às **10:00 h**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observando-se o modo de disputa **aberto**.

1.3. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4. Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.5. A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, VISANDO O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO/RJ.** conforme especificações descritas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.**

2.2. A licitação será realizada por Menor Valor Global.

3 - ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 9.081.716,16 (nove milhões, oitenta e um mil, setecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos).**

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os questionamentos e impugnações de quaisquer interessados, inclusive licitantes, ao ato convocatório serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para abertura da sessão de julgamento, devendo ser protocolados no sistema eletrônico de compras ou encaminhados ao seguinte correio eletrônico licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br.

4.1.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos para o certame.

4.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2. Os questionamentos e impugnações serão respondidos pelo Pregoeiro no sistema eletrônico de compras, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, observada como data limite o último dia útil anterior à data agendada para abertura da sessão de julgamento.

4.2.1. As respostas aos questionamentos e impugnações também deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Compras Públicas.

4.3. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações ou questionamentos, obrigarão a todos os licitantes, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

Secretaria de Licitações e Compras



4.3.1. A reabertura do prazo importará na necessidade de publicação de novo aviso do edital na forma do artigo 54, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

5 - PARTICIPAÇÃO

5.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), e no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, observado o manual técnico operacional do sistema eletrônico de compras.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos itens que cotar.

5.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.5. Poderão participar do presente pregão eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.6. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 14 de dezembro de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na referida Lei Complementar.

5.7. A fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.8. Será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio de empresas, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser atendidas as seguintes exigências:

Secretaria de Licitações e Compras



- a) Apresentação, no ato da proposta, de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- b) Indicação da empresa líder, que será a responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- c) Comprovação de que cada consorciada atende aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, sendo que a qualificação técnica poderá ser atendida de forma cumulativa;
- d) Assunção, pelas consorciadas, da responsabilidade solidária pelas obrigações do consórcio perante a Administração Pública.

5.8.1. Caso o consórcio seja o vencedor do certame, deverá ser constituído formalmente mediante contrato, com registro em cartório, antes da assinatura do contrato, sob pena de perda do direito à contratação.

5.9. Não será admitida a participação de licitante sob a forma de cooperativa, ainda que:

- a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.
- d) O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- e) As cooperativas deverão comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, e apresentar estatuto social compatível com a finalidade da licitação, bem como documentos que demonstrem que dispõem de infraestrutura adequada para a execução do objeto.

5.10. É vedada a participação nesta licitação:

I – daquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II – de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

Secretaria de Licitações e Compras



III - de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - de pessoa jurídica sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, concorrendo entre si.

V – de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas cujos quadros sejam integrados por pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

VII – de autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

VIII - de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IX – de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

X - daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

XI – de empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

XII – de pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a

Secretaria de Licitações e Compras



condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XIII – de agente público do órgão ou entidade licitante.

5.11. Os impedimentos de que tratam os itens II, III e IX do subitem anterior serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do manual técnico operacional disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

6.3. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Município de Belford Roxo, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7. A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

Secretaria de Licitações e Compras



6.8. A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

6.9. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.11. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Secretaria de Licitações e Compras



7.3.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do Lei Complementar nº 123, de 2006 estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2.1. Nos casos em que houver item/lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/lote;

7.3.2.2. Nos itens/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.4. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

7.5. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema até a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante terá a opção de parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.6.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

Secretaria de Licitações e Compras



II - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.6.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8 - PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I – valor unitário dos itens e o valor total do objeto;

II – marca, quando for o caso;

III – fabricante, quando for o caso.

8.1.1. A proposta deverá indicar os quantitativos cotados, que não poderão ser inferiores aos quantitativos máximos de cada item que poderá ser adquirido.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto (tais como: despesas com transporte, seguro e frete, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) na data de entrega.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Secretaria de Licitações e Compras



8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência anexa a este Edital serão desconsiderados.

8.9. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.9.1. A proposta deverá observar, obrigatoriamente, que o prazo de prestação de serviços é de 24 (vinte e quatro) meses.

8.10. A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021.

9 – ABERTURA DA SESSÃO E PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

9.1. No dia e horário previstos, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema.

9.1.2. Em caso de empate, será observado, em primeiro lugar, o disposto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021 e inexistindo, no mínimo, 3 (três) propostas que atendam as condições previstas no subitem anterior, os três licitantes melhor classificados, inclusive os empatados, poderão participar da etapa aberta competitiva.

9.2. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se o modo de disputa **aberto**.

Secretaria de Licitações e Compras



9.3. Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação dos mesmos e o intervalo mínimo fixado neste edital.

9.5. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema, podendo o licitante exercer apenas uma única vez, observado o prazo de 15 segundos do registro, a exclusão de lance inconsistente ou inexequível.

9.6. Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total do objeto ou do item, obedecido o critério de aceitabilidade de preço previsto neste edital.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de 0,10 (dez centavos).

9.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

9.10. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.11. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem anterior, implica na retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.12. No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.

9.13. A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após o período de prorrogação automática.

9.14. Encerrada a sessão pública, caso a diferença percentual entre as duas propostas melhor colocadas seja igual ou inferior a 5%, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva para oferta exclusiva de lances intermediários de modo a definir as demais colocações.

9.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente caso observado o critério de julgamento de menor preço e em ordem decrescente no caso de critério de julgamento de maior desconto.

9.16. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR VALOR GLOBAL** adotando-se como critério de aceitabilidade das propostas o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.2. As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre o preço unitário e o preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o primeiro;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

10.2.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

10.3. Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – conter vícios insanáveis;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

Secretaria de Licitações e Compras



III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexequível;

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

VII – não contenham declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

VIII – não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.3.1. No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum item ou do objeto inexequível, concederá ao respectivo licitante o prazo de 02 (duas) horas para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

10.4. Em relação aos itens/lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor não supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, deve ser observado o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

10.4.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, e o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada - se esta for empresa de maior porte -, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.4.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.4.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta

Secretaria de Licitações e Compras



para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.4.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.4.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.4.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4.7. A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06.

10.5. Havendo empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances ou caso inexistam lances, uma vez que tenha sido observado o procedimento do item 10.4 nas hipóteses em que aplicável, o critério de desempate se dará conforme o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021, nessa ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.5.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

II - empresas brasileiras;

Secretaria de Licitações e Compras



III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.6. As disposições do item 10.5 acerca do desempate também se aplicam para os itens/lotos cujo valor supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, bem como para os itens/lotos cuja disputa seja exclusiva para micro e pequenas empresas.

10.7. Encerrada a fase competitiva e adotados os critérios de resolução de eventual empate, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, deverá negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar mediante comunicado no sistema eletrônico, devendo fixar prazo máximo de 10 (dez) minutos para oferta de proposta mais vantajosa à Administração, inclusive, quanto a condições de execução do objeto e prazos de entrega.

10.8. Frustrada a negociação, caso a melhor proposta não observe a estimativa de valor elaborada, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com os demais licitantes, observada a ordem de classificação da etapa competitiva e o prazo disposto no item anterior.

10.9. Concluída a negociação e analisada a conformidade da proposta melhor classificada com a estimativa elaborado pela Administração e as demais diretrizes fixadas no edital e anexos, o resultado provisório será proclamado pelo Pregoeiro e divulgado no sistema eletrônico.

10.10. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

10.11. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11- HABILITAÇÃO

11.1. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor.

11.2. O Pregoeiro passará ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

Secretaria de Licitações e Compras



- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada impedida de contratar com a Administração Municipal ou declarada inidônea
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor através da análise dos documentos enviados em formato digital por meio do sistema eletrônico ou através de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará eventual documentação complementar pontualmente exigida;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
- c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.
- e) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- f) Os documentos necessários à habilitação, o certificado de registro cadastral e a certidão de pré-qualificação porventura exigidos deverão ser remetidos em formato digital via sistema eletrônico observado o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação emitida em comunicado pelo Pregoeiro.

11.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.4. Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.5. Em substituição aos documentos de habilitação, poderá a licitante apresentar Certificado de Registro Cadastral, com exceção dos documentos com a validade expirada e os atestados de habilitação técnica e econômico-financeira não contemplados no registro.

Secretaria de Licitações e Compras



11.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.7. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;

Secretaria de Licitações e Compras



d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

I - Para todos os licitantes sediados no Município de Belford Roxo:

i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou

ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.

II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:

i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.

III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Belford Roxo:

i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Belford Roxo (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente,

ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.

f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

h) Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:

- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

III – Qualificação Econômico-Financeira:

Secretaria de Licitações e Compras



a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A prova será feita mediante apresentação de Certidão Negativa de Falências de todos os órgãos do Registro de Distribuição de sua jurisdição e certidão emitida pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou órgãos de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado pelo Juízo competente.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

Onde: AC é o ativo circulante; PC é o passivo circulante; RLP é o realizável a longo prazo; ELP é o exigível a longo prazo e AT é o ativo total.

b.1) Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de dois exercícios, os documentos contábeis exigidos na alínea b serão limitados ao último exercício financeiro, autorizada para as pessoas jurídicas constituídas no exercício de publicação deste edital a substituição dos documentos contábeis pelo balanço de abertura assinado por contabilista habilitado e pelo representante da pessoa jurídica.

b.2) Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea “a”, a boa situação financeira poderá ser comprovada mediante prova de possuir patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.3) Entenda-se por “apresentado na forma da Lei”.

Secretaria de Licitações e Compras



- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
 - As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
 - As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
 - Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
 - A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico-financeira de todas as pessoas jurídicas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.
- c) Comprovação de possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação na data de abertura do pregão.

IV – Da Qualificação Técnica:

IV.1. As empresas participantes da licitação deverão apresentar, para fins de habilitação técnica, as documentações descritas abaixo a título de comprovação de sua qualificação para a execução do objeto do Certame:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços de características equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de locação de veículos para transporte de passageiros e/ou transporte escolar, em quantitativo mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) do objeto (mínimo de 07 veículos), admitida a soma de atestados, certificando o bom desempenho na execução do objeto contratado e a inexistência de penalidades aplicadas.

a.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

i. Os Atestados deverão comprovar que a empresa prestou serviço similar ao objeto;

ii. Os Atestados deverão conter itens semelhantes ao ofertado.

iii. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes

Secretaria de Licitações e Compras



atestados executados de forma concomitante.

iv. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso de esta também pertencer ao grupo econômico.

a.3) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, § 3º, II, da Lei nº 14.133/21, e do art. 337-F do Código Penal.

V - Declarações:

V.1 - Declaração, conforme modelo em anexo, que:

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

Secretaria de Licitações e Compras



V.2 – Declaração, conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar n.º 123/06 assegure que:

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

11.9. Os documentos relativos à regularidade fiscal (elencados nas alíneas *b*, *c*, *d* e *e* do item 11.7, II) somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.9.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.10. Em se tratando de item/lote com valor estimado inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei n.º 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

11.10.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante beneficiária da Lei Complementar n. 123/06 for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Belford Roxo, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, com redação dada pela Lei Complementar n.º 147/14.

11.10.2. Caso não demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista na forma do subitem anterior, a licitante será inabilitada, devendo o Pregoeiro analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.

11.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Secretaria de Licitações e Compras



11.12. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.2, *f*.

11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.17. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, ou no caso de inversão de fases, quando houver a habilitação seguida da classificação da proposta, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a Nota de Empenho.

13 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. O cabimento de recurso em face da inabilitação ou da desclassificação do licitante está condicionado à imediata manifestação da intenção de recorrer pela parte interessada que deve ser feita em campo próprio do sistema, observado o prazo de 10 minutos a partir do comunicado remetido pelo Pregoeiro.

13.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro e sua falta importará na preclusão do direito.

13.2. As razões de recurso deverão ser apresentadas, em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da divulgação da ata de habilitação ou da ata de julgamento das propostas, caso adotada a inversão de fases.

13.3. As contrarrazões deverão ser apresentadas no mesmo prazo do subitem anterior contado a partir da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

Secretaria de Licitações e Compras



13.4. O Pregoeiro poderá exercer juízo de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso no sistema eletrônico. Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, o recurso deverá ser remetido à autoridade superior para a devida apreciação, observado o prazo de 10 (dez) dias úteis da remessa.

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, de acordo com art. 168, da Lei n.º 14.133/2021.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo ser assegurado aos licitantes acessos a todos os documentos necessários à defesa de seus direitos.

14 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após proclamação do resultado definitivo com indicação do licitante vencedor, o pregoeiro, mediante mensagem no sistema eletrônico, deverá consultar os demais participantes, observado a ordem cronológica de classificação, sobre o interesse na formação do cadastro de reserva.

14.2. Encerrada a sessão de julgamento, os autos serão remetidos à autoridade superior para adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro e homologação do procedimento, observados os termos do art. 71 da Lei 14.133/2021.

15 - ORDEM DE SERVIÇO

15.1. O objeto será executado e fornecido conforme especificações e condições constantes do termo de referência.

15.2. O início da contagem do prazo para atendimento da ordem de serviço somente ocorrerá a partir da certeza de ciência do fornecedor.

15.3. O não atendimento tempestivo da ordem de serviço, sem justificativa adequada, poderá ensejar o cancelamento, sem prejuízo das imputações das sanções previstas neste Edital.

18 - RECEBIMENTO

16.1. O RECEBIMENTO se efetivará nos seguintes termos:

a) PROVISORIAMENTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data de apresentação/disponibilização dos veículos e do início da prestação do serviço, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, devendo ser realizado por pessoa credenciada pela CONTRATANTE;

Secretaria de Licitações e Compras



b) DEFINITIVAMENTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo de recebimento/aceitação, após verificação da conformidade com as especificações e condições contratuais, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

16.2. O recebimento definitivo será formalizado por meio de atestado de conformidade, após verificação de todos os requisitos contratuais e normativos.

16.3. O não atendimento às condições de entrega e qualidade poderá ensejar a recusa do item, bem como a aplicação das penalidades previstas no contrato, inclusive rescisão e multa.

17 - FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação será realizada por servidor efetivo designado em ato da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, atendidas as diretrizes e condicionantes previstas no Termo de Referência.

17.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência pela inexecução parcial do contrato;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;

c) multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);

d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;

Secretaria de Licitações e Compras



- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

18.1.1. A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observado o prazo de defesa de 15 dias úteis.

18.1.2. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

18.1.3. As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* do subitem 18.1 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

18.2. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

18.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à Administração.

18.4. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

18.5. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.6. A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

18.7. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

19 – VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato firmado pelas partes terá vigência de 24 meses a contar da assinatura, admitindo-se prorrogações sucessivas observado o prazo máximo permitido pela legislação vigente, mediante expressa e adequada

Secretaria de Licitações e Compras



justificativa que ateste o cumprimento das obrigações pactuadas, o adequado atendimento da necessidade administrativa no período transcorrido e a manutenção da vantajosidade dos preços contratados.

19.2. A extinção do contrato observará as diretrizes do Capítulo VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

20 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O Município fará o pagamento, por meio de crédito em conta bancária a ser indicada pelo contratado e aceita até a assinatura do contrato.

20.2. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto na Lei nº 14133/2021.

20.3. Eventuais discrepâncias na execução do objeto poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

20.4. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data final do período de adimplemento e mediante apresentação da nota fiscal juntamente com a documentação relacionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas, para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, ao Fundo Municipal.

20.5. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pelo contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

20.6. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA-E** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

20.7. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

21 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

21.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado (07/11/2025) ou, caso tenha havido atualização ou revisão dos preços previamente à contratação, pelo período de 12 (doze) meses a contar de tal fato.

21.2. Os eventuais reajustes só poderão ocorrer, mediante expresse e fundamentado requerimento do contratado,

Secretaria de Licitações e Compras



com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

21.2.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

21.4.1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.4.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

21.5. O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

21.5.1. A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

21.5.2. Caso tenham sido emitidas ordens de fornecimento no interregno entre o surgimento do direito ao reajuste e o efetivo requerimento na forma do subitem 27.5, o contratado deverá ressalvar seu direito ao reajuste antes da efetiva entrega do bem, sob pena de preclusão.

21.6. A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio e que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência contratual, ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de preclusão do direito.

21.7. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas na lei nº

14133/2021.

22 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. O valor total para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 9.081.716,16 (nove milhões, oitenta e um mil, setecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)** conforme especificações do Termo de Referência.

22.2. As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2025, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
207.01.12.361.047.2.025	3.3.90.39.00	1540
207.01.12.361.047.2.025	3.3.90.39.00	1573
207.01.12.361.047.2.025	3.3.90.39.00	1500.1001

22.3. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria.

23 - GARANTIA

23.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

24 – SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Será permitida a subcontratação parcial, limitada a até 30% (trinta por cento) do quantitativo de veículos (máximo de 06 vans), desde que previamente justificada e autorizada pela Administração, em conformidade com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

24.1.1. a contratada permanecerá inteiramente responsável pela execução contratual, pela qualidade e pelo cumprimento das obrigações assumidas, inclusive as realizadas por subcontratadas;

24.1.2. os veículos eventualmente subcontratados deverão atender integralmente às especificações técnicas e de conservação definidas neste Termo de Referência;

24.1.3. a subcontratada deverá estar regularmente constituída e possuir capacidade técnica compatível com o objeto;

Secretaria de Licitações e Compras



24.1.4. a Administração poderá, a qualquer tempo, vetar ou substituir subcontratada que não cumpra as condições contratuais.

24.1.5. a CONTRATADA deverá apresentar previamente à fiscalização a identificação completa da subcontratada, bem como a relação e documentação dos veículos e motoristas a serem utilizados, mantendo-se responsável pela gestão, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela qualidade/segurança do serviço.

25 - DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

25.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

25.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

25.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

25.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório serão observadas as diretrizes fixadas no art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

25.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

27.8. Integram este Edital os seguintes Documentos:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

Avenida José Mariano Passos, N° 948, Prata, Belford Roxo/RJ

Secretaria de **Licitações e Compras**



Anexo II – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

Anexo III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Anexo IV – MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Belford Roxo, 04 de fevereiro de 2026.

EDNA QUARESMA
Mat. 11/20419

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
(Artigo nº 16 do Decreto Municipal 5.934/2023)

1.0- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de empresa especializada, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO para prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, com combustível e motorista, visando o transporte dos alunos da rede pública municipal de Belford Roxo/RJ

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme preceitua o art. 20 da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da lei nº 14.133, de 2021.

1.4 A prestação de serviços é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração

1.5 O serviço têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação.

2.0- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Constituição Federal consagra a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Com base nesses fundamentos, torna-se imprescindível garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência de todos os cidadãos nas instituições de ensino, desde os primeiros anos escolares até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse estudo tem como objetivo principal assegurar uma igualdade material no acesso às escolas

públicas, de forma a promover um serviço eficaz e alinhado aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

2.2. Políticas públicas de transporte escolar eficientes exercem influência direta sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. Um transporte bem estruturado garante não apenas o acesso físico à escola, mas também reflete em melhorias no aprendizado, ao eliminar barreiras externas que poderiam comprometer o desenvolvimento educacional.

2.3. O transporte escolar deve ser considerado uma extensão da escola, compartilhando os mesmos padrões de cuidado, segurança e qualidade. Além disso, é indispensável realizar avaliações regulares do serviço, priorizando a melhoria contínua da acessibilidade e mobilidade, elementos essenciais para garantir o acesso universal à educação.

2.4. Problemas relacionados ao transporte escolar podem impactar negativamente o bem-estar dos estudantes, resultando até mesmo em exclusão social. Levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Educação identificaram a necessidade de soluções no mercado para a administração e operação das vans escolares do município, bem como alternativas para complementar o transporte de crianças matriculados nos eixos de educação infantil.

2.5. De acordo com o artigo 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), é dever do município fornecer transporte escolar para os alunos da rede municipal. Esse serviço é fundamental para assegurar o acesso diário e a permanência dos estudantes no ambiente escolar, consolidando o papel da educação como um direito garantido pelo Estado.

2.6. A operação do transporte escolar, incluindo a manutenção dos veículos, o fornecimento de insumos e a logística de conservação, é uma necessidade urgente para o município de Belford Roxo, considerando o término de contratos administrativos para locação de veículos que atendam a demanda atual. Esse estudo busca identificar a modelagem mais eficiente de contratação, baseando-se em comparações com práticas de outros órgãos públicos e alternativas já implementadas em situações similares.

2.7. A cartilha do Programa Caminho da Escola, publicada pelo FNDE em 2022, orienta os gestores a escolherem os veículos mais adequados à realidade de seus municípios. Essa escolha afeta diretamente a

operação, os custos e a segurança dos alunos. A análise das condições físicas e operacionais das rotas locais é essencial para garantir um serviço eficiente e seguro.

2.8. Mais do que um meio de transporte, o serviço escolar deve proporcionar segurança, conforto e bem-estar aos alunos. A Administração Pública tem o dever de assegurar que todos os estudantes sejam transportados com dignidade e proteção, promovendo a inclusão e reduzindo desigualdades.

2.9. A presente contratação visa atender à demanda do transporte escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino, garantindo o acesso e a permanência nas unidades escolares, em consonância com o disposto no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, que assegura como dever do Estado o “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de transporte”.

2.10. No contexto municipal, há uma significativa quantidade de alunos residentes em áreas de difícil acesso e regiões periféricas, o que dificulta o deslocamento diário até as escolas. A ausência de transporte escolar compromete a frequência, o desempenho acadêmico e, conseqüentemente, o direito fundamental à educação.

2.11 Dessa forma, a contratação de empresa especializada em locação de vans, por meio de **Pregão Eletrônico – tipo menor preço global**, é medida indispensável para assegurar a execução regular das ações da Secretaria Municipal de Educação, atendendo às necessidades operacionais e garantindo a economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.0- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A presente solução contempla a contratação de empresa especializada na locação de 22 (vinte e duas) vans, destinadas exclusivamente ao transporte escolar de alunos da rede pública municipal.

3.2 – Especificações Técnicas dos Veículos

Para o adequado atendimento ao transporte escolar da rede pública municipal de Belford Roxo, serão 22 (vinte e duas) vans contratadas, e deverão atender aos seguintes requisitos técnicos:

3.2.1 – Características Gerais dos Veículos

- Tipo: Van.
- Quantitativo: 22 (vinte e duas) unidades.
- Finalidade: Transporte escolar exclusivo, abrangendo alunos da educação infantil e ensino fundamental.
- Regularização: Todos os veículos devem estar devidamente registrados, licenciados e em conformidade com a legislação de transporte escolar vigente.

3.2.2 – Requisitos de Segurança e Conforto

- Presença de cintos de segurança em todos os assentos, conforme exigido pela Resolução CONTRAN nº 819/2021.
- Climatização adequada (ventilação natural ou sistema de ar-condicionado).
- Estofamento em bom estado de conservação e higienização periódica.
- Sistema de rastreamento por GPS com controle de embarque e desembarque, além de comunicação com os responsáveis e unidades escolares.

3.2.3 Características dos Veículos

- Van - zero quilômetro; Ano/modelo: do ano vigente ou do ano imediatamente anterior, admitindo-se veículo com até 01 (um) ano de uso (máximo 12 meses), contado da data do primeiro emplacamento, desde que em perfeitas condições de conservação e funcionamento.; Capacidade: 15 passageiros (com bancos individuais para passageiros), mais o condutor; **Combustível:** diesel; **Airbags** Airbags frontais **Cintos de Segurança** Cintos de segurança retráteis para todos os passageiros; Cintos de 3 pontos para todos os assentos Conforto e Interior **Ar-condicionado** Sistema de ar-condicionado digital/automático para motorista e passageiros, com controle de temperatura independente para diferentes zonas do veículo **Piso e acabamentos** Piso em material antideslizantes Acabamentos em materiais de alta qualidade (plásticos reforçados e detalhes em alumínio ou aço escovado) **Tecnologia e Conectividade** Multimídia Sistema de entretenimento com tela touchscreen de 8” a 12” Compatibilidade com Apple CarPlay e Android Auto Sistema de navegação GPS integrado com mapas em tempo real **Conectividade** Wi-Fi integrado Entradas USB para carregamento e conectividade Todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses, incluindo as revisões obrigatórias durante o período da garantia, assistência técnica no estado do Rio de Janeiro, 3.2.X Integram o objeto as seguintes despesas sem ônus adicional para o CONTRATANTE: (i) combustível; (ii) motorista habilitado e

uniformizado, com os encargos trabalhistas e previdenciários devidos; (iii) manutenção preventiva e corretiva; (iv) seguros obrigatórios; (v) lavagem e lubrificação. A contratada deverá comprovar mensalmente tais despesas conforme previsto no Item 8.”

3.3 O contrato deve englobar as despesas necessárias à operação, incluindo combustível, manutenção, reposição de peças, lubrificação, lavagem, troca de óleo, emplacamento, seguros e licenças.

3.4 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

Nos termos do art. 17, IV, do Decreto Municipal nº 5.934/2023, registra-se que, embora o objeto pudesse ser segmentado por rotas, turnos ou por grupos de veículos, opta-se pela contratação em objeto único (menor preço global) visando assegurar a padronização da frota, a gestão integrada de motoristas, combustível e rastreamento, bem como a uniformidade dos procedimentos operacionais e de segurança. O parcelamento ampliaria a complexidade de coordenação e fiscalização, aumentaria o número de interfaces e o risco de descontinuidade do transporte escolar, podendo comprometer a regularidade do serviço e a eficiência logística da rede municipal.

4.0- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Requisitos Legais:

4.1.1 - A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

4.1.2. Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

4.2 - Requisitos da Contratação:

4.2.1 - Possuir certidões válidas, conforme o §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 - Atender às solicitações nos prazos estipulados em Contrato.

4.2.3 - Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento do objeto da contratação, tais como impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e deverá apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato.

4.2.4 - Manter durante toda a vigência do Contrato as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e na contratação.

4.2.5 - Cumprir o objeto do Contrato de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

4.3 - Garantia da contratação

4.3.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4- O contrato deve englobar todas as despesas necessárias à operação da frota, incluindo combustível, manutenção, reposição de peças, lubrificação, lavagem, troca de óleo, emplacamento, seguros, licenças e quaisquer outros serviços indispensáveis.

4.5. Os serviços serão prestados durante o prazo estabelecido no contrato, sendo a demanda instituída de acordo com a necessidade desta administração pública.

4.5.1. O município recusará o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a especificação do serviço, sendo assim serão considerados apenas os que atenderem as especificações contidas neste edital.

4.5.2. A Empresa vencedora se compromete a fornecer os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

4.5.3. A empresa contratada se compromete a realizar os serviços de forma ilibada, proporcionando que as atividades sejam realizadas apenas profissionais capacitados.

4.6- Todos os veículos deverão estar munidos de toda documentação pertinente conforme se estabelece na legislação em vigor.

4.7 – Da participação de consórcios e cooperativas

4.7.1 – Será admitida a participação de licitantes reunidas em consórcio, desde que observadas as disposições legais aplicáveis e as regras a serem previstas no instrumento convocatório, incluindo: apresentação do compromisso de constituição do consórcio, indicação de empresa líder, definição das responsabilidades de cada consorciada e responsabilidade solidária perante a Administração.

4.7.2 – Fica vedada a participação de cooperativas de trabalho, em razão da natureza do objeto (prestação continuada de serviço com fornecimento de motoristas e rotinas operacionais), que demanda pessoalidade, habitualidade e subordinação na execução, de modo a resguardar a regularidade trabalhista, a continuidade do serviço e o interesse público.

4.8 Da Habilitação

4.8.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

I - Para todos os licitantes sediados no Município de Belford Roxo:

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou
- ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.

II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.

III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Belford Roxo:

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Belford Roxo (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente,

ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.

f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

i) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

j) Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:

- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

III – Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

Onde: **AC** é o ativo circulante; **PC** é o passivo circulante; **RLP** é o realizável a longo prazo; **ELP** é o exigível a longo prazo e **AT** é o ativo total.

b.1) Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de dois exercícios, os documentos contábeis exigidos na alínea b serão limitados ao último exercício financeiro, autorizada para as pessoas jurídicas constituídas no exercício de publicação deste edital a substituição dos documentos contábeis pelo balanço de abertura assinado por contabilista habilitado e pelo representante da pessoa jurídica.

b.2) Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea “a”, a boa situação financeira poderá ser comprovada mediante prova de possuir patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.3) Entenda-se por “apresentado na forma da Lei”.

- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;

- Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico-financeira de todas as pessoas jurídicas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

c) Comprovação de possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação na data de abertura do pregão.

IV – Qualificação técnica:

Qualificação técnica: a licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de locação de veículos para transporte de passageiros e/ou transporte escolar, em quantitativo mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) do objeto (mínimo de 07 veículos), admitida a soma de atestados.

5.0- DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1- Deverá ser enviado para o Galpão da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Manicoré, nº 125 - Hinterlândia, Belford Roxo/RJ, em dia útil, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre as 09:00 e 16:00;

5.2- As vans permanecerão no mesmo galpão quando não estiverem sendo utilizadas.

5.3 – A CONTRATADA deverá manter canais de comunicação para acionamento e suporte operacional, garantindo pronta resposta a ocorrências que possam afetar a continuidade do serviço.

5.4 – Das rotas/áreas de atendimento e quantitativos por unidade escolar:

A prestação do serviço contemplará, inicialmente, as rotas/áreas de atendimento estimadas abaixo, podendo a CONTRATANTE ajustar pontos de embarque/desembarque, itinerários, horários e distribuição interna dos veículos conforme demanda (matrícula, frequência e necessidade do serviço), mediante comunicação prévia à

CONTRATADA, respeitado o quantitativo total contratado, sem prejuízo da continuidade do atendimento escolar.

5.4.1 – Relação preliminar de rotas/áreas e quantitativos:

- a) CIEP Const. Reis – 6 (seis) vans: Lote XV; Jardim Redentor; Nova Aurora; Miguel Couto; Roseiral; Parque São José.
- b) E.M. Manoel Gomes – 2 (duas) vans: Nova Aurora; Lote XV.
- c) E.M. Belford Roxo – 6 (seis) vans: Lote XV; Miguel Couto; Parque São José; Jardim Redentor.
- d) E.M. Albert Sabin – 8 (oito) vans, distribuídas nas seguintes áreas: Nova Aurora (2); Miguel Couto (2); Lote XV (2); Parque São José (2).

5.4.2 – As rotas detalhadas (endereços/pontos, sequência do itinerário e quilometragem estimada) serão formalizadas pela CONTRATANTE por meio de Ordem de Serviço/cronograma operacional, podendo sofrer alterações durante a vigência, conforme necessidade do serviço.

6.0- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5);

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que

conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e indicados por ato de designação realizado pela autoridade competente na forma do art. 7º da Lei 14.133/2021.

6.7- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.9 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 - O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência).

6.15 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.17 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20 - O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.21 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22 - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.22.2 - Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro.

7.0- DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1- Durante a vigência desse contrato, a gestão será realizada pela Secretária Municipal de Educação, que deverá:

a) Zelar pela observância dos termos constantes do Termo de Referência, Relatório de Análise de Riscos, e demais documentos que instruem o procedimento de contratação, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

b) Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

c) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado;

d) Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;

e) Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços e submetê-lo à unidade de acompanhamento com vistas à expedição dos respectivos atestados ou instrumentos correlatos;

f) Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

- g) Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade de acompanhamento, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- h) Encaminhar para conhecimento e providências da unidade demandante questões relevantes que, por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;
- i) Possuir obrigatoriamente, conhecimentos sobre o objeto da contratação, para acompanhar a execução de contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração;

8.0- CRITÉRIOS MEDIÇÃO DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento deverá ser efetuado, em até 30 (trinta) dias após a liquidação da despesa, que deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, pelo setor Financeiro, após o efetivo fornecimento e mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada por funcionário devidamente DESIGNADO, NO VALOR CORRESPONDENTE AO QUANTITATIVO COMPROVADAMENTE EXECUTADO.

8.2- O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços (NFS-e), atestada pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhada do recibo.

8.3- Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

8.4- A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.4.1 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

8.5 - Forma de pagamento:

8.5.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.5.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.4 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.5 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.6 - A empresa CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria demandante, para fins de recebimento das faturas mensais, os seguintes documentos atualizados:

8.6.1 - PROVA DE REGULARIDADE com a FAZENDA FEDERAL através de CERTIDÃO NEGATIVA E/OU POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal no. 8.212/1991.

8.6.2 - PROVA DE REGULARIDADE para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede da empresa licitante, através da CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL expedido pela Secretaria da Fazenda Estadual.

8.6.3 - PROVA DE REGULARIDADE para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede da empresa licitante, através de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal sede da empresa licitante.

8.6.4 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da empresa licitante, devendo o mesmo ter igualdade de C.N.P.J. com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

8.6.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21 (Certidão Negativa e/ou positiva com efeito de negativa).

8.7 - O pagamento somente será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA.

8.8 - Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

8.9 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha ocorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

8.10 - Do Recebimento:

8.10.1 - O RECEBIMENTO se efetivará nos seguintes termos:

8.10.1.1 – PROVISORIAMENTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data de apresentação/disponibilização dos veículos e do início da prestação do serviço, mediante recibo, para efeito de

posterior verificação da conformidade com as especificações, devendo ser realizado por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

8.10.1.2 – DEFINITIVAMENTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo de recebimento/aceitação, após verificação da conformidade com as especificações e condições contratuais, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

8.10.2 - O objeto contratual que comprovadamente apresentar desconformidade com as especificações deste Termo será rejeitado, parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se o vencedor a substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo da entrega.

8.10.3 - Deverá constar tanto do recibo (provisoriamente) como do Termo de Recebimento Definitivo a assinatura do recebedor, devidamente identificado por carimbo, manuscrito ou digitação, indicando inclusive o número da matrícula, no caso de servidor, a data do recebimento, a especificação qualitativa e quantitativa do (s) item (ns) recebido e o local do recebimento.

8.10.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da licitante vencedora pela qualidade, correção e segurança do objeto contratual.

8.10.5 - A CONTRATADA deverá realizar ENTREGA do objeto de acordo com as especificações e obedecendo rigorosamente as condições descritas neste instrumento.

8.11 – Liquidação:

8.11.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11.4 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. - Certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista.

8.12 — A Nota Fiscal/Recibo apresentada para pagamento deverá discriminar, por veículo e período, os valores correspondentes a: (a) tarifa de locação; (b) combustível; (c) remuneração do motorista; (d) outros itens (manutenção e seguros). O pagamento ficará condicionado à apresentação, junto à NF, do relatório mensal de quilometragem por veículo, cópias dos comprovantes de abastecimento (cupom fiscal), escala de jornada dos motoristas e demais documentos de regularidade exigidos no TR.

9.0-ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1- Os valores unitários e totais serão desenvolvidos, analisados e apresentados com minúcia pela Secretaria Municipal de Compras, que conduzira o levantamento de preços mencionado, conforme documentação apensa ao presente Termo de Referência.

Secretaria de **Licitações e Compras**

9.2. - O custo estimado total da contratação é de: R\$ 7.656.000,00(sete milhões seiscentos e cinquenta e seis mil reais) se baseia em 24 (VINTE) meses, conforme planilha em anexo.

9.3 – Para fins de transparência e controle, integram a estimativa: parâmetros de composição de custos (incluindo, quando aplicável, custos de mão de obra de motoristas e encargos, combustível, manutenção, seguros, licenciamento e demais insumos) e a respectiva memória de cálculo, nos termos da legislação vigente

10.0- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1-Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente serão os abaixo descritos:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesas	Fonte
12.361.47.2.038	3.3.90.39.00	1540 / 1500.1001

10.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, no caso de permanência do contrato posterior ao exercício de 2024, Art. 106, II da Lei nº 14.133/2021.

11.0-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

acima descritas as seguintes sanções:

11.2. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência pela inexecução parcial do contrato;

- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;
- c) multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.1 A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observado o prazo de defesa de 15 dias úteis.

11.2.2 Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal nº 5.933.

11.2.3. As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* do subitem 24.1 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

11.3. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

11.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à Administração.

11.5. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 5.933

11.6. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.7. A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

11.8. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

12.0- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1- Arcar com toda e qualquer despesa relativa ao fornecimento dos produtos(s), carga, descarga, armazenagem, frete, impostos, mão-de-obra, taxas, contribuições, encargos sociais.

12.2- Fornecer o(s) serviço(s), conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

12.3- Entregar o(s) veículo(s) em perfeitas condições de uso, na sede do órgão solicitante, juntamente com a respectiva Nota Fiscal para fins de atestação e liquidação pelo CONTRATANTE.

12.4- Permitir que o CONTRATANTE, sempre que convier, fiscalize o fornecimento do(s) serviço(s).

12.5- Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independente de solicitação.

12.6- Recolher taxas, encargos trabalhistas, sociais, tributos federais, estaduais e municipais.

12.7- Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes ou sinistros que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, do CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

12.8- Remover, substituir, prioritariamente e exclusivamente às suas custas o produto no total ou em parte e dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, que constar má qualidade, qualidade inferior a solicitada e ou recusados pela CONTRATANTE.

12.9- Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar o CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do objeto, não sendo o CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.

12.10- Quaisquer ônus decorrentes de despesas ou indenizações por acidente de trabalho serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, assim como, no caso de ajuizamento de reclamações trabalhistas.

12.11 - Contratada deverá entregar o produto conforme determinação da secretária municipal de Educação em conformidade com o estabelecido no presente Termo de Referência, no decorrer do prazo de vigência contratual.

12.12 - A entrega deverá ser efetuada por funcionários devidamente uniformizados e com crachá de identificação para que possam ter acesso aos locais de destino.

12.13 -A contratada declara e garante que os motoristas são seus empregados ou formalmente contratados sob responsabilidade desta, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, bem como fornecer uniformes, crachás e EPI. A contratada será única responsável por eventuais reclamações trabalhistas, multas de trânsito e demais ônus decorrentes de atos praticados pelos motoristas no exercício de suas funções.”

12.14 – Seguro veicular e responsabilidades

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência, seguro vigente para cada veículo utilizado na execução contratual, com cobertura compatível com o objeto (ao menos: casco/colisão, roubo/furto, responsabilidade civil perante terceiros e acidentes pessoais de passageiros – APP), apresentando à fiscalização, sempre que solicitado, as apólices e comprovantes de pagamento.

12.15 – Licenciamento, IPVA e regularidade documental

A CONTRATADA será integralmente responsável por licenciamento, emplacamento, inspeções obrigatórias, IPVA, taxas e demais obrigações legais incidentes sobre os veículos, mantendo-os regularmente habilitados para circulação e para a atividade de transporte escolar.

12.16 – Manutenção preventiva e corretiva

A CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva e corretiva conforme recomendações do fabricante e boas práticas de segurança, sem ônus adicional à CONTRATANTE, mantendo os veículos em perfeito estado de funcionamento e higienização, inclusive com registros de manutenção e inspeções disponíveis para verificação.

12.17 – Substituição de veículos

Em caso de avaria, sinistro, manutenção corretiva ou qualquer situação que torne o veículo indisponível ou inseguro, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro veículo equivalente ou superior, que atenda integralmente às especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, de modo a não interromper o transporte escolar. A CONTRATANTE poderá exigir a substituição definitiva de veículo que apresente recorrência de falhas, reprovação em vistorias ou inadequação às condições de segurança e conforto.

13.0- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/PREFEITURA

13.1- Designar funcionário (s) para receber (em) e fiscalizar (em) o fornecimento dos veículos, para verificação de conformidade do objeto com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.2- Devolver todos e quaisquer veículos cuja especificação esteja em desacordo com o exigido neste Termo de Referência, validade inferior às atribuídas a cada produto.

13.3- Controlar o fornecimento dentro da amplitude necessária à salvaguarda de seus interesses, respeitando o prazo de entrega atribuída a CONTRATADA.

13.4- Prestar as informações necessárias, com clareza, quanto aos procedimentos para a entrega dos veículos solicitados, comunicando por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados à execução do objeto.

13.5- Notificar e/ou aplicar as penalidades a CONTRATADA, quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

13.6- Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela CONTRATADA, correspondentes aos fornecimentos solicitados e efetuados conforme Pedido de Fornecimento.

14.0- DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1- O objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, pela contratada, da ordem ou solicitação de compra ou instrumento hábil equivalente;

14.2 - Os veículos, objeto do fornecimento do contrato, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega.

14.3 - A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado no Edital será exclusiva do servidor autorizado, encarregado de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento do objeto contratado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

14.4 - O objeto deverá ser entregue rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, bem como na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

14.5- A CONTRATANTE designará um servidor/comissão, cujo propósito será o acompanhamento da entrega e a conferência desta com as especificações contidas na proposta de preços e no Termo de Referência. Caso o objeto esteja em desacordo com as especificações contidas naqueles instrumentos, será rejeitado o recebimento do mesmo.

14.6 - O recebimento se efetivará nos seguintes termos:

14.6.1 - PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

14.6.2 - DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas com consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

14.6.2.1 - Deverá constar tanto do recibo (provisoriamente) como do Termo de Recebimento Definitivo a assinatura do recebedor, devidamente identificado por carimbo, manuscrito ou digitação, indicando inclusive o número da matrícula, no caso de servidor, a data do recebimento, a especificação qualitativa e quantitativa do (s) item (ns) recebido (s) e o local do recebimento;

14.7 - As regras acerca da execução do objeto são as estabelecidas neste Termo de Referência.

15.0- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

15.1 – O prazo de vigência desta contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, observado o interesse público, a vantajosidade e a comprovação de resultados satisfatórios, até o prazo máximo de 05 (cinco) anos (60 meses), nos termos do §2º do art. 106 da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições contratuais aplicáveis.

15.2 A contratação em questão será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

16.0- DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – Será permitida a subcontratação parcial, limitada a até 30% (trinta por cento) do quantitativo de veículos (máximo de 06 vans), desde que previamente justificada e autorizada pela Administração, em conformidade com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

- a) a contratada permanecerá inteiramente responsável pela execução contratual, pela qualidade e pelo cumprimento das obrigações assumidas, inclusive as realizadas por subcontratadas;
- b) os veículos eventualmente subcontratados deverão atender integralmente às especificações técnicas e de conservação definidas neste Termo de Referência;
- c) a subcontratada deverá estar regularmente constituída e possuir capacidade técnica compatível com o objeto;
- d) a Administração poderá, a qualquer tempo, vetar ou substituir subcontratada que não cumpra as condições contratuais.
- e) a CONTRATADA deverá apresentar previamente à fiscalização a identificação completa da subcontratada, bem como a relação e documentação dos veículos e motoristas a serem utilizados, mantendo-se responsável pela gestão, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela qualidade/segurança do serviço.

17.0- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A responsabilidade será da Secretaria Municipal de Educação de Belford Roxo, que será conduzida pela Secretaria Municipal de Compras para os procedimentos posteriores.

17.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.

17.3. Os eventuais reajustes só poderão ocorrer, mediante expresso e fundamentado requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

17.3.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.3.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

17.5.1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

17.5.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

17.6. O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

17.6.1. A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

17.6.2. Caso tenham sido emitidas ordens de fornecimento no interregno entre o surgimento do direito ao reajuste e o efetivo requerimento na forma do subitem 27.5, o contratado deverá ressalvar seu direito ao reajuste antes da efetiva entrega do bem, sob pena de preclusão.

17.7A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio e que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência contratual, ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de preclusão do direito.

17.8. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas na lei nº 14133/2021.

17.2- Faz parte do presente Termo de Referência:

- Anexo I - Relação das escolas com endereço
- Anexo II - Modelo de Ordem de Início;

Belford Roxo, em 12 de setembro de 2025.

Sheila Boechat Ferreira
Secretária Municipal de Educação
Matrícula: 60/100035

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria de Licitações e Compras



Relação das escolas com endereço

UNIDADES ESCOLARES		
Nº	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO
1	CASA DA CRIANÇA BOM PASTOR	RUA MARIANO DOS PASSOS, S/Nº, BOM PASTOR, 26.110-400
2	CASA DA CRIANÇA NOVA AURORA	RUA DO PROGRESSO, S/Nº, NOVA AURORA, 26.160-320
3	CASA DA CRIANÇA SANTA TEREZA	RUA SÃO FRANCISCO ALA, S/Nº, SANTA TEREZA, 26.193-510
4	CIEP M. CONSTANTINO REIS 177	AV. JOAQUIM DA COSTA LIMA, S/Nº, SÃO BERNARDO, 26.165-225
5	CIEP M. EDIVAL GUEIROS VIDAL 217	RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº, SANTA TEREZA, 26.193-340
6	CIEP M. GRANDE OTHELO 315	RUA MUNIR, S/Nº, BOM PASTOR, 26.110-740
7	CIEP M. MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA 024	RUA ITAIPÚ, S/Nº, NOVA AURORA, 26.155-100
8	CIEP M. SIMONE DE BEAUVOIR 366	AV. AUTOMÓVEL CLUBE, S/Nº, PARQUE SÃO JOSÉ, 26.193-000
9	CIEP M. VINÍCIUS DE MORAES 027	RUA ISITIBA, S/Nº, JARDIM DO IPÊ, 26.180-125
10	CIEP M. CASEMIRO MEIRELLES 074	RUA GONÇALVES GATTO, S/Nº, CENTRO, 26.130-230
11	CRECHE M. ADRIANA VITÓRIO FURTADO	Rua Altair, s/nº Bairro das Graças- Centro, 26.113-420
12	CRECHE M. ÁLVARO CARDOSO "ALVINHO"	RUA DEMÓSTENES, S/Nº, JARDIM GLÁUCIA, 26.195-500
13	CRECHE M. ÁLVARO LISBOA BRAGA	AV. HELIÓPOLIS, 548, HELIÓPOLIS, 26.120-300
14	CRECHE M. AMÉLIA DA SILVA MAGALHÃES	RUA DOS ESTUDANTES, S/N, XAVANTES,
15	CRECHE M. AMOR À CRIANÇA	R. GONÇALVES GATO, 138, VILA DAGMAR, 26.130-230
16	CRECHE M. AMOR À VIDA	RUA AGAÍ, S/Nº, BARRO VERMELHO, 26.115-230
17	CRECHE M. AMOR E ESPERANÇA	RUA JUSCELINO KUBISTCHEK, S/Nº, PARQUE ESPERANÇA, 26.113-470
18	CRECHE M. ANA TERESA FERREIRA FRASCO	EST. BELFORD ROXO, 153, BOM PASTOR, 26.110-260
19	CRECHE M. BENEDITA LINS DOS SANTOS	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, S/Nº, NOVA PIAM, 26.115-680
20	CRECHE M. GERALDO DIAS FONTES	AV. MONSENHOR SOLANO DANTAS DE MENEZES, 121, HELIÓPOLIS, 26.140-460
21	CRECHE M. IRENE LEONOR DA SILVA COSTA (TIA IRENE)	AV. DA GLÓRIA, NOVA AURORA, 26.155-120
22	CRECHE M. IZA PEIXOTO GONÇALVES	RUA TANTALITA, 27, PARQUE DOS FERREIRAS, 26.183-608
23	CRECHE M. JANDIRA CASTELLAR	RUA ANTONIO LIMA, 100, VILA SÃO LUIZ, 26.140-000
24	CRECHE M. JOAQUINA ROSA CORREIA PEREIRA	RUA OSNI, 135, RETIRO FELIZ, 26.167-400
25	CRECHE M. JORGE PIMENTEL	RUA FORTALEZA S/Nº, VILAR NOVO, 26.116-705
26	CRECHE M. JOSÉ BERNARDO DA SILVA	RUA URAÁ, S/Nº MARINGÁ, 26.176-120
27	CRECHE M. JOSÉ IGNACIO GONÇALVES "ZIZA"	RUA TORRES GONÇALVES, 132, AREIA BRANCA, 26.112-320
28	CRECHE M. LINDALVA GOMES DO NASCIMENTO	RUA TAPIRAÍ, LT 10, QD 25, HELIÓPOLIS. 26.123-280
29	CRECHE M. MANOEL DA SILVA CURTY	ESTRADA B. ROXO, 4620, SANTA TEREZA, 26.190-010
30	CRECHE M. MARIA DALVA DA SILVA	RUA CARLIÓ, 06, SÃO LEOPOLDO. 26.167-600
31	CRECHE M. MARINA VENTURA	RUA DOUTOR BUCICH, JARDIM GLÁUCIA, 26.195-420
32	CRECHE M. PREFEITA MARIA LÚCIA NETTO DOS SANTOS	AV. SUBTENENTE DILTON BARRADAS FRANÇA, 108, SARGENTO RONCALLI, 26.178-400
33	CRECHE M. PROF JORGE VICTOR DE ALMEIDA	RUA CASTRO ALVES, 395, ANDRADE DE ARAÚJO, 26.135-400
34	CRECHE M. PROFª MARIA DA SILVA BARBOSA	RUA NOSSA SENHORA DO LÍBANO, 102, PARQUE AMORIM, 26.185-175
35	CRECHE M. PROFª TANIA MARIA DA SILVA LIMA	ESTR. ANÍBAL DA MOTA, S/Nº, PARQUE SÃO JOSÉ, 26.193-600
36	CRECHE M. PROFª TATIENE SANTOS DA SILVA	RUA DA MINA, S/Nº, EF1, L19 QD15, HELIÓPOLIS, 26.125-550
37	CRECHE M. PROFª VERA LÚCIA CLAUDINO DA SILVA	Rua Ouro Preto, s/nº, Novo Eldorado, 26.127-280
38	CRECHE M. RAIMUNDO EDSON DOS SANTOS	Rua Luís Delfino s/nº, 26.187-440- Bairro Parque Suécia,
39	CRECHE M. RAIMUNDO FURTADO MAGALHÃES	RUA ARACATI QD:B, LT. I E II, VASCO, 26.183-000
40	CRECHE M. RECANTO FELIZ	ESTRADA SARAPUÍ S/Nº, L1 Q12, VILA STA. TEREZA, 26.193-570
41	CRECHE M. SÃO JUDAS TADEU	R: PROF. GASTÃO PEREIRA DE OLIVEIRA, S/N, HELIÓPOLIS, 26.123- 100
42	CRECHE M. SÃO PEDRO	RUA TAYLOR, 01, XAVANTES, 26.125-040
43	CRECHE M. SARGENTO WELERSON LOPES "LELEÇO"	RUA BOARIA, 30, XAVANTES, 26.160-080
44	CRECHE M. URSINHOS CARINHOSOS	RUA ITAIPÚ, S/Nº, NOVA AURORA, 26.113-400

Secretaria de Licitações e Compras



45	CRECHE M. VEREADOR NILSON DE SOUZA	ESTRADA MÁRIO SANTANA S/Nº, PARQUE UNIÃO, 26.163-180
46	CRECHE M. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO NUNES	RUA ARACUÃ, 10, HITERLAND, 26115-250
47	E. M. ADELINA DOS SANTOS PURCINO	ESTRADA AMILTON DA MOTA, 1304, PARQUE SÃO JOSÉ, 26186-000
48	E. M. ALBERTINO LOPES	RUA APEIBA, S/Nº, QD 39 LT 14, PARQUE SÃO JOSÉ, 26190-150
49	E. M. ALEJANDRO FERNÁNDEZ NUÑEZ	RUA DOS CRISÂNTEMOS, 170, SANTA AMÉLIA, 26115-080
50	E. M. ÁLVARO LISBOA BRAGA	AVENIDA ALZENIR ANTÔNIO BRANDÃO, 47, HELIÓPOLIS, 26123-100
51	E. M. AMÉLIA RICCI BARONI	RUA CASTRO ALVES, 395, ANDRADE DE ARAÚJO, 26135-342
52	E. M. ANTÔNIO GOMES DE CARVALHO	RUA DO CAPIM MELADO, S/Nº, MARINGÁ, 26.176-120
53	E. M. ARBOGASTO MEDEIROS	RUA DIVITA, S/Nº, PARQUE MARTINHO, 26183-583
54	E. M. ARTHUR ARAÚJO LULA DA SILVA	RUA ANHANGUERA, S/Nº, SANTA MARIA, 26160-660
55	E. M. AYRTON SENNA DA SILVA	RUA CAMINHO DAS MULHERES, S/Nº, BELA VISTA, 26155-130
56	E. M. BAIRRO DAS GRAÇAS	RUA ALTAIR, 13 - BAIRRO DAS GRAÇAS, 26113-420
57	E. M. BELFORD ROXO	RUA AMÁLIA ROCHA, 281 CENTRO, 26113-330
58	E. M. BISPO MOACYR DE OLIVEIRA	EST. DOUTOR FARRULA, 01, HELIÓPOLIS, 26.125-400
59	E. M. CAPELA SÃO JOSÉ	R. MONTEIRO LOBATO, 263-561, SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 26125-300
60	E. M. CASEMIRO MEIRELLES	RUA IZION, 10, VALE DO IPÊ, 26182-390
61	E. M. CONDESSA INFANTE	RUA MONTE PASCOAL, S/Nº, PIAM, 26112- 640
62	E. M. DEPUTADO OSWALDO LIMA	R. GUARARAPES, 59, SÃO BERNARDO, 26167-020
63	E. M. EDUCAÇÃO ESPECIAL ALBERT SABIN	RUA CELI, S/Nº, PIAM, 26115-465
64	E. M. EJA PROFESSORA MARIA LÚCIA SINDRA SOARES	DOUTOR FARRULA, 01, HELIÓPOLIS, 26125-400
65	E. M. ENFERMEIRA ANÉSIA PINTO DO NASCIMENTO	RUA ALBERTO ROCHA, 339, VILA DAGMAR, 26.130-170
66	E. M. ERNESTO PINHEIRO BARCELLOS	AV GAL JOSÉ MÜLLER, S/Nº, ITAIPÚ, 26140-530
67	E. M. FRANCISCO RANGEL PEÇANHA	RUA JOSÉ MARIA, S/Nº, LT7 QD C, VILA PAULINE, 26171-280
68	E. M. GEOVANNA VITÓRIA DE BARROS FIRMINO	AV. NUNES SAMPAIO, ANDRADE DE ARAÚJO, 26140-420
69	E. M. HELIÓPOLIS	R: NOGUEIRA BRAGA S/Nº, HELIÓPOLIS, 26120-270
70	E. M. IMACULADA CONCEIÇÃO	RUA URUCURANA, 16, BOA ESPERANÇA, 26143-140
71	E. M. IRMÃ MARIA FILOMENA LOPES FILHA	RUA DA SOCIEDADE, S/Nº, ITAIPÚ, 26140-075
72	E. M. JARDIM GLÁUCIA	RUA PÉRICLES, 15, JARDIM GLÁUCIA, 26195-140
73	E. M. JORGE AYRES DE LIMA	RUA JOÃO DE FORA, 07, PARQUE SÃO JOSÉ, 26193-545
74	E. M. JOSÉ CESARIO PRAÇA	ESTRADA BELFORD, 153, BOM PASTOR, 26.110-260
75	E. M. JOSÉ HAMILTON LOMAR	RUA LUIS DELFINO, LOTE 17, S/Nº, PARQUE SUÉCIA, 26.187-440
76	E. M. JOSÉ MARIANO DOS PASSOS	AV. PARQUE DA VÁRZEA DO CARMO, S/Nº, VILAR NOVO, 26116-085
77	E. M. JOSÉ PINTO TEIXEIRA	RUA DOS ADVOGADOS, 120, RECANTUS, 26.163-210
78	E. M. JÚLIO CESAR DE ANDRADE	ESTRADA DO CONDE, S/Nº, VILA PAULINE, 26170-210
79	E. M. MALVINO JOSÉ DE MIRANDA	TRAVESSA LIGAÇÃO, 39, PARQUE SÃO JOSÉ, 26187-180
80	E. M. MANOEL GOMES	AV. JOAQUIM DA COSTA LIMA, S/Nº, SÃO BERNARDO, 26165-225
81	E. M. MÁRCIA ADÃO LOPES LOURENÇO DA PAIXÃO	RUA OITO DE DEZEMBRO, 266, VILA SÃO LUIZ, 26140-560
82	E. M. MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO	ESTRADA DOUTOR PLINIO CASADO, 3054, SANTO ANTONIO DA PRATA, 26135-800
83	E. M. MARIA RITTA DOS SANTOS SILVA	RUA TIETÊ, S/Nº, HELIÓPOLIS. 26.123-300
84	E. M. MARTINHO LUTERO	RUA MARCELINO LOPES, 201, ANDRADE DE ARAÚJO, 26135-390
85	E. M. MIGUEL ÂNGELO LEONE	RUA TAQUARAL, 774 XAVANTES, 26165-040
86	E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº, PARQUE AFONSO, 26183-170
87	E. M. OLÍVIA VALIANGA DA SILVA	RUA BEM-TE-VI, 18, VALE DAS MANGUEIRAS, 26100-000
88	E. M. PADRE MATTEO VIVALDA	RUA DR. JOSÉ SABÓIA, S/Nº, SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 26125-680
89	E. M. PADRE RAMON	RUA CASTRO ALVES, S/Nº, SANTA EMÍLIA, 26177-170
90	E. M. PASTOR RUBENS DE CASTRO	RUA BEBERIBE, LT 16 QD 21, SÃO FRANCISCO, 26160-110
91	E. M. PAULO FREIRE	RUA JOÃO SOARES MEDEIROS, 30, SANTA MARIA, 26165-433
92	E. M. PEDRO ANTÔNIO	RUA AVELINO GARRIDO, 11, VILA PAULINE, 26167-430
93	E. M. PRISCILA BOUÇAS VILLANOVA	RUA VALENTINA DIAS, 04, PARQUE ALMO, 26.115-005

Secretaria de Licitações e Compras



94	E. M. PROFª JULIÊTA RÊGO NASCIMENTO	RUA PARTEIRA EDITH SILVA VICTORINO, 41, 26110-140
95	E. M. PROFª MÁRCIA DE BRITO	RUA ITAPOÃ, S/Nº, NOVA ESPERANÇA, BOM PASTOR, 26113-443
96	E. M. PROFª MARIA DA PAZ DE SANTANA DOS SANTOS	RUA MUNIR, 25, GOGÓ DA EMA, JARDIM BOM PASTOR, 26110-740
97	E. M. PROFª MARIA DAS DORES FUJII DA SILVA	R. SILVA PEIXOTO, 11, OUTEIRO, 26183-560
98	E. M. PROFESSOR ALCIDES CABRAL DE FREITAS	RUA MANOEL DE SÁ, 350, PARQUE AMORIM, 26.182-000
99	E. M. PROFESSOR EDSON SANTOS	R. ALBANO, MALHAPÃO 26185-260
100	E. M. PROFESSOR PARIS	RUA PADRE JOSÉ BESTE, 341, CENTRO, 26131-080
101	E. M. RUDÁ IGUATEMI VILLANOVA	AV. DA GLÓRIA, S/Nº, NOVA AURORA, 26155-020
102	E. M. SANTA CRUZ	AV. NOVA AURORA, 207, SOBRADO, NOVA AURORA, 26.155-070
103	E. M. SÃO BENTO	RUA MARA, S/Nº, WONA, 26175-040
104	E. M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	AV. DUARTE DOS SANTOS DA FONTI, S/Nº, SÃO FRANCISCO, 26160-225
105	E. M. SARGENTO EUCLIDES ALVES DE ARAÚJO	RUA MARAJÁ, 38, AREIA BRANCA, 26135-240
106	E. M. SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS	RUA BARAÚNA, S/Nº, AREIA BRANCA, 26112-320
107	E. M. TENENTE MOZART PEREIRA DOS SANTOS	RUA TENENTE ARMINDO LEAL GONÇALVES, 07, SARGENTO RONCALLI, 26178-320
108	E. M. TENENTE VALMOR LYNCH VALENÇA	ESTR. DA PEDREIRA, SHANGRILA, BARRO, 26127-290
109	E. M. WALDEMIRO JOSÉ PEREIRA	ALAMEDA JOÃO PINHEIRO FILHO, 100, SHANGRILÁ, 26127-160
110	E. M. WALTER BORCHI	RUA JUSCELINO KUBISTCHEK S/Nº, PARQUE ESPERANÇA, 26175-260
111	E. M. WANDA JANSEN MACHADO	RUA VALERIA CRISTINA, S/Nº, BAIRRO JARDIM IDEAL II, 26.196-140
112	E. M. YOLANDA COSTA DOS SANTOS	RUA ALMÉRICO, 139, SUBLIME, 26112-010

ANEXO II– TERMO DE REFERÊNCIA

ORDEM DE INÍCIO

AUTORIZO a empresa _____ a prestar serviços de transporte escolar, objeto do processo nº _____, contrato nº _____, nas Unidades de Ensino Municipal, para atender as demandas da Secretaria de Educação, a contar de ____ de _____ de _____.

Belford Roxo, _____ de _____ de 2025.

Sheila Boechat Ferreira
Secretária Municipal de Educação
Mt. 60/100035

ANEXO II

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

LICITAÇÃO N.º 90005/2026

PROCESSO N.º 07/306/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

It	DESCRIÇÃO	UND	QTD	QUAN	QUAN	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 24 MESES
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN PARA TRANSPORT E DE PASSAGEIRO COM NO MÍNIMO 15 LUGARES	SERVIÇO	22	12 meses	24 meses	R\$ 17.200,22	R\$ 378.404,84	R\$ 4.540.858,08	R\$ 9.081.716,16
							R\$ 378.404,84	R\$ 4.540.858,08	R\$ 9.081.716,16

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, VISANDO O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO/RJ.

Atendendo à consulta formulada na licitação acima referida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

It	DESCRIÇÃO	UND	QTD VEÍCULOS	QUAN	QUAN	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES	VALOR TOTAL 24 MESES
1	Prestação de serviços de Locação de veículos TIPO VAN para transporte de passageiro com no mínimo 15 lugares	serviço	22	12 meses	24 meses				

O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da presente.

Declaramos que a proposta de preço para a prestação dos serviços contempla todos os custos envolvidos, incluindo a composição da remuneração da mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, tributos, equipamentos de segurança, e quaisquer outros insumos que possam incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, conforme anexa planilha de composição de custos, parte integrante da presente proposta.

A licitante vencedora deverá apresentar junto a proposta readequada uma planilha própria de custos, contemplando todos os gastos relativos ao serviço prestado, sob pena de desclassificação da proposta.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:
DADOS DA PROPONENTE

Razão Social:

Secretaria de **Licitações e Compras**

CNPJ:		
Insc. Estadual:	Insc. Municipal:	
Endereço:		
Telefones:	E-Mail:	
Banco:	Agência:	Conta-Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

(que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração)

Nome:		
Nacionalidade:	Profissão:	Estado Civil:
Identidade:	Órgão Exp.:	Data de Emissão:
CPF:		
Telefone:	E-Mail:	

(local) _____, ____ de _____ de 2025.

 (Assinatura do representante legal)
 (Em papel timbrado do licitante).

**ANEXO IV
MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, VISANDO O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO/RJ.

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

(local) _____, ____ de _____ 2025.

(Assinatura do representante legal)
(Em papel timbrado do licitante).